

Políticas públicas e sociais e educação não-formal em Lages, SC: educar para a cidadania?

Ivania Marini Piton*

Mariléia Aparecida Wolff Tubs**

Resumo

Nas últimas décadas, o campo educativo tem aumentado de forma significativa, tanto em quantidade de sujeitos envolvidos em algum processo educativo como em relação às funções que a educação tem assumido. Considerando isso, a temática da pesquisa voltou-se às articulações entre políticas públicas e sociais e suas relações com as instituições de educação não-formal em Lages, SC. A opção pela educação não-formal ocorreu em virtude dos objetivos relacionados à construção da cidadania, pela pouca sistematização que existe sobre esse campo educativo específico, bem como pela amplitude social que possui tanto no que diz respeito ao atendimento de pessoas quanto de variedades de formas, modelos e ações que desencadeia. A partir do mapeamento das instituições de educação não-formal em Lages, na pesquisa, foram analisadas as formas de financiamento, as atividades/práticas desenvolvidas, os interlocutores envolvidos e o número de sujeitos atendidos e, a partir disso, os processos de construção de cidadania que são, ou não, desencadeados, pelas instituições. Utilizou-se pesquisa de campo, nas instituições não cadastradas em órgãos públicos e, nas instituições cadastradas nos órgãos públicos municipais e estaduais, utilizou-se, também, pesquisa documental. Os resultados indicam dois grupos distintos que refletem as contradições da sociedade capitalista em que se inserem: um grupo que se volta a objetivos emancipatórios, e o maior grupo que, inconscientemente ou não, desenvolve conceitos de filantropia voltada apenas aos aspectos reprodutivistas do modelo atual de sociedade.

Palavras-chave: Política. Educação Não-formal. Cidadania.

* Doutora em Educação, Unicamp (Campinas, SC), docente da Uniplac (Lages, SC) e do Unics (Palmas, PR); ivania@proserv.com.br

** Mestranda em Educação da Uniplac (Lages, SC); marileia@uniplac.net

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, a educação escolarizada evidencia a cidadania como uma de suas funções sociais mais importantes, porém, da legislação e políticas educacionais e suas diferentes instâncias até a prática pedagógica das escolas, isso não tem se efetivado. Do contrário, a educação escolarizada tem sido estratégia política do poder hegemônico que se utiliza dela como espaço-tempo privilegiado para reprodução do modelo social excludente. Mas, o contexto educativo está muito além da escola, está em processos informais, não-escolares e não-formais, processos que apontam diferentes conceitos, metodologias e objetivos.

As práticas educativas não-formais constituem, atualmente, um campo amplo e complexo no cenário em que estão inseridas as questões de educação, cidadania, política, participação e direitos. É um âmbito educativo que começa a ter sua importância reconhecida, não só para quem efetivamente é um interlocutor das práticas pedagógicas não-formais, mas também como campo de pesquisa que no Brasil possui ainda pouca sistematização e análise se comparado com o alcance socioeducativo que possui.

A pesquisa em questão mapeou e analisou as instituições educativas não-formais em Lages, SC, por meio de pesquisa qualitativa, teórico-bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa iniciou-se com o mapeamento de todas as instituições educativas – formais e não-formais – destas, considerando os contextos de trabalho de cada instituição, a legislação em que cada uma está afeta, a organização pedagógica e metodológica, destacaram-se 20 instituições que desenvolvem práticas educativas não-formais. Num segundo momento, por intermédio de documentos oficiais fornecidos por órgãos públicos municipais e estaduais, estatutos e projetos pedagógicos das instituições, fez-se uma análise de conteúdo buscando as categorias que fundamentam o trabalho das instituições e suas relações com o cenário político local e estadual.

As instituições pesquisadas foram analisadas no que se refere: aos interlocutores, às formas de financiamento, aos atores sociais envolvidos, aos horários de funcionamento, à diversidade de processos educativos/atividades que são realizadas em cada instituição e às concepções político-pedagógicas que conduzem as práticas das instituições pesquisadas.

Como esse é um campo relativamente novo, muito amplo e com múltiplas formas de financiamento, fez-se um recorte das articulações presentes e das articulações necessárias entre as políticas públicas e sociais e os processos e metodologias de educação não-formal, pois isso influi de forma definitiva nos conceitos de cidadania desenvolvidos nas instituições analisadas.

2 CIDADANIA E EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL

Também conhecida como pedagogia social ou educação popular, a educação não-formal possui muitas vertentes e metodologias que vão de cursos que complementam as atividades escolares (língua estrangeira moderna é uma das formas mais corriqueiras), passam por formações que se voltam à qualidade de vida (como atividades sistematizadas em academias de ginástica que incluem reeducação alimentar, postural, etc.), chegando a um campo que realmente possui um *status* acadêmico com conhecimentos sistematizados e prática voltada a questões sociais amplas.

Defini-se educação não-formal como toda atividade educacional organizada, sistemática executada fora do quadro formal de educação para oferecer tipos diferenciados de educação voltados à realidade individual e coletiva, que considera a cultura e objetiva a cidadania e a participação na sociedade (GOHN, 1999).

Desse conceito, pode-se dizer que educação não-formal é toda e qualquer atividade educacional organizada e estruturada que não corresponda à “educação-formal” que é a forma de educação tradicional e mais conhecida, representada, sobretudo, pelas escolas, colégios e universidades, que dependem de uma diretriz educacional com estruturas burocráticas determinadas em nível nacional.

A educação não-formal é mais difusa e menos hierárquica. Os programas de educação não-formal não precisam seguir conteúdos previamente determinados, sua duração é variável, realiza-se fora dos quadros do sistema formal de ensino, porém tudo isso não significa que a educação não-formal também não seja uma atividade educacional organizada, é uma forma de ensino que respeita a capacidade de cada um e interage com a sociedade cotidianamente.

Maria da Glória Gohn afirma que (1999, p. 98-99): “A educação não-formal designa um processo de formação para a cidadania, de capacitação para o trabalho, de organização comunitária e de aprendizagem dos conteúdos escolares em ambientes diferenciados”.

Diante dessa citação, pode-se perceber, com clareza, a importância que a educação não-formal tem e o campo em que atua; engloba não apenas o saber intelectual, mas saberes sociais e culturais.

De acordo com Gohn (2001), o grande destaque que a educação não-formal passou a ter nos anos 90 decorre das mudanças na economia, na sociedade e no mercado de trabalho. A mudança tornou-se um padrão no mundo atual, a

escola como uma instituição social está afeta e, muitas vezes, até vulnerável a esse padrão. A preparação escolar para o trabalho padronizado foi ficando para trás e começou a ser exigido muito mais do que apenas o aprendizado intelectual vindo de livros didáticos.

As mudanças no mundo globalizado influenciaram direta e fortemente o mundo do trabalho, suas relações e formas de organização. A escola, criada após a revolução industrial, sempre teve como uma de suas principais funções preparar para o mercado de trabalho, isso pensado de forma bastante reducionista, superficial e de curto prazo, era o modelo fordista e taylorista, calcado na divisão do trabalho e na produção em série que vigorava na fábrica e precisava vigorar na escola para que esta reproduzisse o trabalho da fábrica e o modelo de sociedade.

Com a crise que se instaurou nas últimas décadas do século XX no interior do capitalismo, este mudou a forma de organização de seu modo de produção, optou por formas flexíveis, o chamado modelo toyotista de produção, que trouxe novas exigências de competências e habilidades, altamente excludentes e concentratórias de capital.

As novas características do mundo impressas pela mudança do capitalismo levaram à ampliação dos processos de educação não-formal, sobretudo em duas frentes, por um lado, as pessoas passaram a procurar uma formação constante, em busca de ser *empregável* (usando um termo fetiche para o mercado de trabalho), por outro lado, aumenta no cenário da educação não-formal exatamente algo que, além de buscar formação constante, busca, de certa forma, combater e questionar os mecanismos do capital e a organização social vigente, são os processos não-formais voltados a questões da cultura, da política, das organizações comunitárias e voltados à construção da democracia participativa.

Atualmente, a educação não-formal designa um processo com cinco campos ou dimensões, que correspondem a suas áreas de abrangência.

Conforme mostra Gohn (2001, p. 98):

O primeiro envolve a aprendizagem política dos direitos do indivíduo enquanto cidadãos isto é, o processo que gera a conscientização dos indivíduos para a compreensão de seus interesses e do meio social e da natureza que o cerca, por meio da participação em atividades grupais. Participar de um conselho de escola poderá desenvolver essa aprendizagem. O segundo, a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidade. O terceiro, a aprendizagem e exercício de práticas

que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos. O quarto, e não menos importante, é a aprendizagem dos conteúdos da escolarização formal, escolar, em formas e espaços diferenciados. O quinto é a educação desenvolvida pela mídia, em especial eletrônica.

A amplitude social que os campos supracitados possuem na sociedade atual indica que, além do que já existe, a educação não-formal tem ainda um enorme potencial a ser explorado, principalmente no que diz respeito à sua capacidade de formação para a cidadania e suas formas democráticas que motivam o aprendizado, valorizando as experiências anteriores e a cultura que cada um possui individual e coletivamente.

A educação não-formal, conforme Gohn (2001), está ligada à valorização dos processos de aprendizagem em grupos e à impressão de grande importância aos valores culturais que articulam as ações dos indivíduos.

Referendado no exposto até aqui, observa-se que as instituições de educação não-formal possuem um papel fundamental na sociedade atual, sobretudo, nas questões ligadas à cidadania, à participação e aos direitos. Desenvolvem papéis fundamentais nas questões políticas e educacionais, mas como isso se processa na prática das instituições não-formais? Quais as relações com os espaços públicos? E, com os âmbitos da política pública, social e educacional? Essas e outras questões estão postas na seqüência.

3 POLÍTICA PÚBLICA, POLÍTICA SOCIAL – POLÍTICA EDUCACIONAL

Para articular educação não-formal e política, é mister destacar os conceitos/âmbitos de política que se complementam – política pública, social e educacional. Política pública é aqui entendida, conforme Höfling (2001) citando Gobert e Muller (1987), o “Estado em ação”; é o Estado implantando um projeto de governo, por intermédio de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade. Porém, ressalta a autora, as políticas públicas precisam ser compreendidas como as de responsabilidade do Estado; quanto à implementação e manutenção a partir de um processo que envolva a tomada de decisões em órgãos públicos e em diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada, ou seja, políticas públicas não podem ser reduzidas a políticas estatais.

Assim, as políticas públicas se complementam com as políticas sociais, as quais, ainda segundo Hölfling (2001), referem-se a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios visando à diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socio-econômico.

As primeiras construções das políticas sociais podem ser encontradas nas lutas pela cidadania, principalmente no século XIX, foram movimentos que ocorreram em torno de elementos fundantes da cidadania, originados nos conflitos surgidos entre capital e trabalho, e os direitos sociais surgiram como terceiros na ordem de conquista dos direitos da cidadania. A base da cidadania moderna surgiu a partir do Iluminismo e das duas grandes revoluções do século XVIII, a Francesa e a Industrial, pois, a partir de então, pregava-se que as relações aconteceriam entre iguais. Mas, antes dos direitos sociais, as lutas ocorreram pelos direitos civis – liberdade individual, século XVIII, direitos políticos – direitos ligados ao exercício do poder político, a partir do século XIX e, daí os direitos sociais – ligados ao poder econômico – século XIX e XX (VIEIRA, 2001).

Assim, como a educação não-formal, muitas políticas públicas sociais nasceram dos movimentos sociais. Conforme afirma Hölfling (2001), a educação é uma política pública de corte social, de responsabilidade do Estado – mas não pensada somente por seus organismos.

As políticas públicas e sociais – e a educação – se situam no interior de um tipo particular de Estado. São formas de interferência do Estado, visando à manutenção das relações sociais determinadas. Portanto, assumem *feições* diferentes em diferentes sociedades e diferentes concepções de Estado.

E, decorrentes das diferentes *feições*, há tão fortes vínculos entre as políticas públicas e sociais e a educação não-formal. Num país como o Brasil, cujo modelo capitalista periférico é altamente excludente e com Estado calcado em valores neoliberais e, portanto, de atuação minimalista, resta à sociedade civil organizada assumir muitos dos papéis do Estado, como demonstram os próximos tópicos.

4 AS INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS NÃO-FORMAIS DE LAGES, SC

Lages está situada no Planalto Serrano, possui em torno de 160 mil habitantes e vive sob a égide de grandes desigualdades sociais. Considerando a grande concentração de renda em mãos de poucos e a matriz econômica extrativista e latifundiária, o cenário socio-econômico e educacional do municí-

pio historicamente necessitou da presença de um Estado forte, com políticas públicas e sociais que atendessem às ingentes demandas de seus cidadãos. A exemplo do Brasil, isso não aconteceu de forma suficiente para atendimento da população, deixando um número significativo de cidadãos lageanos vulneráveis ante os direitos prescritos da cidadania. Assim, várias iniciativas da sociedade civil organizada, de religiões e de grupos minoritários excluídos foram se organizando e oferecendo formas de atendimento educacional a quem as políticas públicas não atendiam.

O mapeamento a seguir caracteriza cada uma das instituições educativas não-formais, realizado a partir de pesquisas em órgãos oficiais, de documentos fornecidos por esses órgãos e por meio de trabalho de campo – entrevistas com os responsáveis diretos pelas instituições, isso nos itens 4.1 e 4.2. Já no item 4.3, a pesquisa aconteceu exclusivamente por intermédio de entrevistas realizadas com os responsáveis das instituições, visto que estas não estão cadastradas e/ou ligadas diretamente a nenhuma das instâncias citadas, apesar de algumas das instituições possuírem parcerias com tais instâncias.

4.1 INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL CADASTRADAS NO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS

- a) Associação Espírita Lar das Meninas – segundo o presidente, a associação é assim caracterizada: interlocutores: meninas de 7 a 18 anos; vagas: 45; turno: vespertino; financiamento: convênio com a Prefeitura Municipal, parcerias com o Fórum, realização de brechó e bazar, campanhas para doações, trabalhos de voluntariado, aluguel temporário de um espaço das dependências do espaço físico da instituição, Programa Fome Zero. Trabalhos e atividades educativas que oferece: trabalhos manuais, alimentação, palestras, hábitos de higiene, corte, lavação e tratamento do cabelo.
- b) Associação de Deficientes Visuais do Planalto Serrano (Adevips) – segundo o presidente, a associação é assim caracterizada: interlocutores: cegos e portadores de baixa visão a partir dos 7 anos de idade; vagas: 63; financiamento: convênios com o Governo Estadual e com a Prefeitura Municipal para o pagamento do profissional que atua com os cegos. Eventos beneficentes e lucro da barraca na Festa do Pinhão. Trabalhos

- e atividades educativas que oferece: alfabetização e leitura em braile, acompanhamento pedagógico para o ensino regular por intermédio do Centro de Educação de Jovens e Adultos (Ceja), teatro, dança, macramé e outros trabalhos manuais de interesse dos associados.
- c) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) – segundo a diretora, a escola é assim caracterizada: interlocutores: pessoas desde os primeiros meses de idade até 70 anos, com predominância de deficiência mental; vagas: 250; financiamento: convênios com Governo Estadual e com a Prefeitura Municipal, Fundação Catarinense de Educação Especial, doações, parcerias com empresas do município e voluntariado. Trabalhos e atividades educativas que oferece: Serviço de Atendimento Educacional (SAE), especializado para deficiência mental leve e moderada, oficinas de marcenaria, vimeria, culinária, oficina ocupacional psicopedagógico e estimulação essencial de 0 a 3 anos.
- d) Associação Lageana de Assistência aos Menores (Alam) – segundo a presidente, a instituição é assim caracterizada: interlocutores: crianças de ambos os sexos de 6 a 12 anos; vagas: 80; financiamento: contribuição mensal dos sócios do Banco do Brasil, doações esporádicas, projetos direcionados à confecção de materiais, participação dos pais e comunidade, convênios com a Prefeitura Municipal para pagamento de pessoal e merenda escolar, Programa Fome Zero, Conab, realização de bazar, trabalhos voluntários, venda de materiais recicláveis. Trabalhos e atividades educativas que oferece: orquestra (violino, flauta, percussão), balé, complemento pedagógico, biblioteca, recreação, encaminhamentos médicos, odontológicos, psicológicos e exames laboratoriais, atividades de higiene, refeições, informática, coral, arte-educação, cultivo de hortaliças, jardinagem, trabalhos manuais, palestras, debates, passeios, reciclagem e esportes.
- e) Associação Serrana dos Deficientes Físicos (ASDF) – segundo o diretor, a instituição é assim caracterizada: interlocutores: todas as pessoas com deficiência física; vagas: 170; financiamento: convênio com a Prefeitura Municipal, doações, festas, promoções, projetos da Uniplac com os cursos de Educação Física, Terapia Ocupacional, Serviço Social, Psicologia. Trabalhos e atividades educativas que oferece: alfabetização; cursos pelo SAMT, como pintura em tecido, tela – depende do interesse dos associados, e cada curso leva mais ou menos três meses – e informática.

- f) Centro de Formação de Mão de Obra André Luís (Cefemoal) – segundo a coordenadora, a instituição é assim caracterizada: interlocutores: crianças de ambos os sexos de 7 a 14 anos; vagas: 28; financiamento: doações; Parceria com o Centro de Ciências Agro Veterinária (CAV) para o plantio e cuidados da horta; filantropia; Lages 100 fome; CIEE; Estagiários da Uniplac sem remuneração. Trabalhos e atividades educativas que oferece: auxílio pedagógico, atendimento odontológico, recreação dirigida, valores humanos e trabalhos manuais.
- g) Centro Educacional Regional de Lages (CERL) – segundo o diretor, o centro é assim caracterizado: interlocutores: menores pré-adolescentes de 12 anos e adolescentes de 18 anos que cometeram atos infracionais, são oriundos de todas as cidades do estado; vagas: 30; financiamento: Governo do Estado – Secretaria de Segurança Pública. Trabalhos e atividades educativas que oferece: atendimento psicológico em sessões individuais e coletivas social com a comunidade e familiares; recuperação de dependência química, atendimento pedagógico, por meio do Centro de Educação de Jovens e Adultos (Ceja) e educação carcerária, jogos, marcenaria, culinária, horta, limpeza e manutenção das instalações físicas e pátio da instituição.
- h) Escola de Surdos Bem-me-Quer (Apas) – segundo a diretora, a escola é assim caracterizada: interlocutores: deficientes auditivos (surdo) de 3 a 60 anos e comunidade ouvinte interessada em aprender a Língua Brasileira de Sinais (Libras); vagas: 100 para alunos surdos e 100 para alunos ouvintes; financiamento: convênios com o Governo Estadual e com a Prefeitura Municipal e promoções diversas. Trabalhos e atividades educativas que oferece: alfabetização no básico, aquisição da língua de sinais, normas de convivência, higiene, organização, assistência odontológica, psicológica e médica, trabalhos manuais, recreação e esportes.
- i) Irmandade Nossa Senhora das Graças – segundo a diretora, a irmandade é assim caracterizada: interlocutores: crianças e adolescentes de ambos os sexos de 3 a 18 anos; vagas: aproximadamente 360; financiamento: convênio com a Prefeitura Municipal, merenda escolar, doações, promoções, rifas, festas, trabalho voluntário, parcerias com a Uniplac. Trabalhos e atividades educativas que oferece: reforço escolar, recreação, marcenaria, teatro, horta, artesanato, escotismo, esporte, trabalhos de casa, meio ambiente, nutricionismo, boas maneiras e atendimento odontológico.

j) Sociedade de Assistência Social Trabalho e Cidadania (SAMT) – segundo a diretora, a instituição é assim caracterizada: interlocutores: crianças, adolescentes, idosos, pessoas portadoras de deficiência, mulheres, famílias; vagas: aproximadamente 20.000 pessoas por ano; financiamento: convênio com o Fundo Municipal de Assistência Social, no qual são alocados recursos do Governo Municipal e Federal. Trabalhos e atividades educativas que oferece: programas e projetos: Envelhecer com Saúde, Odonto Social – Sorriso Feliz, Medicina do Trabalho, Adolescente Aprendiz, Iniciação Profissional e Produção, Amor Perfeito, Inclusão Produtiva Jovem Marceneiro, Juventude Cidadã, Primeiro Emprego, Promoção da Cidadania, Projeto Azaléia, Mamãe Feliz, Programa de Orientação e Apoio Sócio-Familiar (POASF), Abrigo Menino Jesus, Vida Nova (liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade), Erradicação do Trabalho Infantil, Sentinela – Centro de Referência Bem Viver, Agente Jovem, Apoio Psicológico, Agentes da Infância, Nutrir Bem, Transporte Vai e Vem, Esportivo, Fanfarra Municipal.

4.2 INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS NÃO-FORMAIS REGISTRADAS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DE CARÁTER FILANTRÓPICO

a) Centro de Recuperação Nossa Senhora Aparecida (Crensa) – segundo a diretora do centro, é assim caracterizado: interlocutores: todos os dependentes, de ambos os sexos, que procuram o Centro ou que são encaminhados pela Justiça, mulheres detentas; vagas: 30; financiamento: convênios com o Governo Estadual e com a Prefeitura Municipal – Secretaria de Saúde Municipal, a Secretaria Extraordinária de Assuntos Comunitários, a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, doações, troca-troca, produção do que se planta e do que se cria; internamento particular, equipe multidisciplinar com professores de Educação Física, Pedagogo, Assistente Social, Técnico em Enfermagem, trabalho voluntário, acadêmicos da Uniplac, agentes multiplicadores. Trabalhos e atividades educativas que oferece: triagem com exames psicológicos; internamento (alguns fazem desintoxicação antes do internato); laborterapia, a terapia do trabalho: fábrica de blocos de concreto, aviário, pocilgas e açudes, para que os internos cuidem da vida de outros seres e assim passem a valorizar mais a sua própria vida;

horta, atividades que vão além dos muros: Projeto Prevenindo o vírus HIV/ Aids e outros agentes causadores de DSTs, com as mulheres que cumprem pena no Presídio Regional de Lages, Palestras, Terapias de grupo e Espiritualidade, Atendimento médico e psicológico, Projeto Portal Feminino desenvolvido nos bairros com palestras educativas, atividades recreativas e fóruns para mulheres com idade a partir de 15 anos, de baixa renda.

- b) Projeto AABB Comunidade – segundo a monitora do projeto, é assim caracterizado: interlocutores: Crianças de 7 a 14 anos de ambos os sexos; vagas: 120; financiamento: Fenabb - Federação das AABBs, Fundação Banco do Brasil, Prefeitura Municipal de Lages, Uniplac. Trabalhos e atividades educativas que oferece: Projetos: esportivo, recreativo, cultural, pedagógico, conservação do meio ambiente, higiene, saúde e cidadania. Atendimento odontológico e médico.
- c) Abrigo Municipal Menino Jesus – segundo a Assistente Social, que respondeu à entrevista, a instituição é assim caracterizada: interlocutores: crianças de 0 a 12 anos abrigados por maus-tratos, violência, abandono, negligência, órfãos, as quais ficam no aguardo de adoções e/ou retorno às famílias. É como uma casa de passagem; são 20 vagas, mas varia porque é local de passagem; financiamento: convênios com o Governo Estadual e com a Prefeitura Municipal, doações de empresas para abater no imposto de renda, doações da comunidade em geral e com a merenda escolar. Trabalhos e atividades educativas que oferece: sessões coletivas e individuais com a psicóloga e com a assistente social, encaminhamentos feitos pela pedagoga no reforço escolar e condução à escola de educação formal, informática, balé e outros cursos oferecidos no Caic que fica próximo da instituição. E, na casa, todas as crianças recebem alimentação completa, cuidados de higiene, médico e odontológico, assim como há recreação, brincadeira, música, dança, coral e atividades variadas para que fiquem sempre ocupadas e tenham com o que se envolver.

4.3 ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA INFANTIL FILANTRÓPICAS DE LAGES, SC

Essas entidades se denominam como de caráter filantrópico, sem fins lucrativos e buscam parcerias na comunidade e também no âmbito municipal e estadual. Situam-se, na sua grande maioria, em bairros periféricos da cidade e atendem uma população que tem baixo poder aquisitivo.

- a) Assistência Social Sagrado Coração de Jesus – segundo a coordenadora da instituição, é assim caracterizada: interlocutores: crianças de 2 a 6 anos; vagas: 75; financiamento: parcerias com a Prefeitura Municipal, doações, diretoria (Conselho). Trabalhos e atividades educativas que oferece: atendimento social e pedagógico: por intermédio da brincadeira, as crianças começam a ser alfabetizadas; alimentação completa do dia para as crianças que frequentam em período integral e de meio dia para as que ficam na instituição só um período; às vezes, a família, quando necessita, recebe parte do vestuário, que é conseguido por meio de doações e campanhas.
- b) Assistência Social Nossa Senhora dos Prazeres – segundo a coordenadora da instituição, é assim caracterizada: interlocutores: crianças carentes de 2 a 6 anos; vagas: 60; financiamento: convênios com a Prefeitura Municipal, doações, trabalho voluntário, recreação, cuidados pessoais, alimentação.
- c) Centro Cultural da Criança e Adolescente – segundo a coordenadora da instituição, é assim caracterizada: interlocutores: crianças de 3 a 15 anos (é uma extensão da Irmandade Nossa Senhora das Graças); vagas: 90; financiamento: convênios com a Prefeitura Municipal, Estagiários de Psicologia e de Odontologia da Uniplac, convênios com a KNH (ONG Alemã), merenda escolar, doações, rifas, festas. Trabalhos e atividades educativas que oferece: auxílio pedagógico e nas tarefas escolares da educação formal, projetos referentes à atualidade como PAN, ecologia, meio ambiente, esportes, socialização, teatro, atendimento odontológico, recreação, alimentação.
- d) Creche Lar do Caminho – segundo o secretário da instituição, é assim caracterizada: interlocutores: crianças de 3 a 5 anos; vagas: 55; financiamento: convênios com a Prefeitura Municipal, grupo espírita, merenda, promoções, rifas. Trabalhos e atividades educativas que oferece: brincadeiras, recreação, alimentação; saúde: médico, dentista, escovação, pesagem.
- e) Creche Maria de Castro Arruda – segundo a coordenadora da instituição, é assim caracterizada: interlocutores: crianças de 0 a 6 anos; vagas: 67, mas tem 72 matriculadas; financiamento: parcerias com a secretaria de educação da Prefeitura Municipal e com o Governo do Estado (Samt), colaboração dos pais – comissão de pais em organização de festas e

rifas, Rotary, doações. Trabalhos e atividades educativas que oferece: Projeto Pedagógico: recreação, brincadeiras, atividades variadas; atendimento: alimentação, higiene, saúde: médico, fonoaudióloga, psicológica, odontológica; e, uma vez por mês, trabalha com os pais para feitura de cobertas, tricô, crochê, dentre outras.

- f) Creche Domingos Bianchini – segundo a bibliotecária que respondia pela instituição no dia da coleta dos dados, a instituição é assim caracterizada: interlocutores: crianças de 3 a 5 anos; vagas: 40; financiamento: parcerias com a Prefeitura Municipal na merenda escolar, por exemplo, Clube das Soratimistas, doações, promoções. Trabalhos e atividades educativas que oferece: brincadeiras, cantos, desenvolvimento biopsicossocial, início da alfabetização brincado, alimentação total.
- g) Sociedade Lageana de Assistência aos Necessitados (SLAN) – segundo a coordenadora da instituição, é assim caracterizada: interlocutores: crianças de 2 a 6 anos; vagas 87; financiamento: parcerias com a Prefeitura Municipal e com o Governo do Estado e ajuda de voluntários. Trabalhos e atividades que oferece: recreação, jogos, esporte, atividades pedagógicas para estimulação para a alfabetização e cuidados de higiene e alimentação.

Considerando a problemática da pesquisa e as instituições pesquisadas, pode-se dizer que as relações das políticas públicas e sociais com a educação não-formal se constroem de maneiras diferentes conforme as *feições* de cada local, do país, do estado ou do município e de suas respectivas formas de intervenção nas demandas sociais, pois, no Brasil, uma das principais características da educação não-formal é o atendimento a populações carentes. O surgimento das instituições e as múltiplas formas de financiamento estão ligados às duas possibilidades: o não-atendimento ou o atendimento insuficiente das demandas pelas políticas públicas e sociais ou, ainda, pela existência de uma forte e organizada sociedade civil que assume para si muitas das demandas existentes.

No Brasil, o que acontece é um hibridismo entre as duas possibilidades – tem-se um Estado-nação minimalista que desenvolve políticas com visões particularistas dos governantes que estão no poder e sem seqüencialidade e uma sociedade civil ainda incipiente que atua de forma mais pontual e assistencialista, ambos ficaram evidenciados no que se refere ao financiamento das instituições pesquisadas.

As políticas públicas e sociais estão presentes em todas as instituições pesquisadas. Apenas uma das instituições não possui convênios e/ou parcerias diretas com a Prefeitura Municipal, Governo do Estado ou Governo Federal, porém, mesmo esta possui acesso a projetos com financiamento público. Obviamente, não se sabe o montante e se os convênios são ou não sistematizados, a grande dificuldade de tais instituições é a sazonalidade de muitos convênios com órgãos públicos que são temporários além do que, muitos dos quais não são renováveis.

A pesquisa demarca também a presença da sociedade civil no financiamento das instituições, pois, dentre as vinte instituições, apenas três são mantidas exclusivamente com verbas públicas, todas as demais possuem alguma forma de financiamento ligada à sociedade civil, seja por intermédio de ajuda individual, de múltiplas formas de eventos/promoções, das famílias dos beneficiados ou de parcerias/convênios com instituições locais, nacionais e internacionais.

Cabe destacar a grande incidência de trabalhos voluntários e a dependência de doações, o que possui dois lados; por um lado, é interessante a energia que o voluntariado movimenta e como dedica essa energia para problemas coletivos (PAOLI, 2002), por outro, pode ser um problema à medida que isso não é sistematizado, ou seja, as contribuições são esporádicas e dependem da boa vontade e da disponibilidade das pessoas, enquanto que as instituições precisam cotidianamente desenvolver seus trabalhos e atender às suas demandas.

Em termos conceituais, na pesquisa, foi evidenciado adequadamente o amplo campo da educação não-formal, pois são múltiplos os conceitos presentes nas práticas/trabalhos desenvolvidos pelas instituições mapeadas, tais como: atividades ou programas organizados fora do sistema regular de ensino, com objetivos educacionais bem definidos ou, ainda, programa sistemático e planejado que ocorre durante um período contínuo e predeterminado de tempo, conforme Cine, 1997, Unesco (BRASIL, 2006a) como na Associação de Deficientes Visuais do Planalto Serrano, por exemplo; ou, o que aparece nas atividades da maioria das instituições: qualquer atividade educacional organizada e estruturada que não corresponda exatamente à definição de educação formal ou, também, processos de formação que acontecem fora do sistema de ensino (das escolas às universidades). E, mais, tipo de educação ministrada sem se ater a uma seqüência gradual, não leva a graus, nem títulos e se realiza fora do sistema de educação formal e em forma complementar, de acordo com Fontes em Educação (BRASIL, 2006b).

Porém, o último grupo de conceitos não pode ser colocado entre os âmbitos emancipatórios da educação não-formal, está mais próximo às alternativas

reprodutoras da sociedade vigente, desencadeadas para a manutenção da *ordem e do progresso*. Evidenciaram-se grandes lacunas e muito empirismo nas práticas desenvolvidas e declaradas enquanto educação não-formal, pois, se as confrontarmos com o pensamento de Gohn (2001), que aponta como um dos supostos básicos da educação não-formal é o de que a aprendizagem acontece por meio da prática social. É a experiência das pessoas em trabalhos coletivos que gera um aprendizado. A produção de conhecimentos ocorre não pela absorção de conteúdos previamente sistematizados, objetivando ser apreendidos, mas o conhecimento é gerado por meio da vivência de certas situações-problema. Isso vinculado às questões da cultura e da cidadania.

Nas instituições pesquisadas, vê-se que existe a intenção de colocar em prática esse excerto de Gohn (2001), mas os dados da pesquisa apontam as dificuldades e, pelo caráter das práticas desenvolvidas – basicamente assistencialistas e voltadas a problemas pontuais dos indivíduos, deduz-se que existe uma distância entre as intenções e a realidade.

5 CONCLUSÃO

As instituições pesquisadas atendem uma ampla gama de públicos, mas especialmente os sujeitos provenientes de contextos socioculturais com baixo poder aquisitivo e são patrocinadas por diferentes segmentos da sociedade, de múltiplas formas: autônoma, mista ou em parcerias. São mantidas por políticas públicas e sociais e por movimentos sociais – sobretudo fundações e organizações não-governamentais, instituições sem fins lucrativos, voluntários, enfim, pela sociedade civil organizada.

Essas organizações ou instituições buscam oferecer possibilidades de experiências e vivências para que seu público faça novas escolhas e opções pessoais e sociais e, principalmente, que não se envolva com o universo da marginalidade e seus riscos de interrupção breve da existência.

Todavia, as práticas desenvolvidas nas instituições desencadeiam cidadania? Qual cidadania? As 20 instituições pesquisadas desenvolvem práticas essenciais aos cidadãos lageanos. Mas, a questão é: quem é esse cidadão? Apenas aquele que vive na cidade, ou alguém portador de direitos individuais e coletivos, que participa ativamente da vida em sociedade, usufruindo dos bens conquistados pela humanidade? A incidência de práticas voltadas à segunda concepção é incipiente.

Das instituições não-formais no Brasil, algumas são voltadas a objetivos emancipatórios do cidadão e outras, na grande maioria, talvez inconsciente, procuram desenvolver a filantropia voltada unicamente aos aspectos reprodutivistas do modelo atual de sociedade. E, aqui está um ponto em que tais instituições são, muitas vezes, usadas por políticas públicas voltadas à perpetuação da sociedade excludente.

Os principais resultados demonstram que existem distinções entre as instituições, pois algumas instituições demonstram proposta político-pedagógica clara, que busca a cidadania ativa, entretanto a maior incidência cai sobre aquelas que se voltam a voluntarismos e à manutenção de uma ilusória *harmonia* social, evitando a explosão de conflitos que questionem o modelo social vigente. Dentre os dois tipos, destaca-se o norteio das políticas públicas e sociais que criaram as instituições, bem como muitas das formas de financiamento atuais, as quais giram em torno do caráter filantrópico e assistencialista, que se sobrepõe às formas de cidadania ativa.

No entanto, o potencial emancipador da educação não-formal é significativo e precisa ser construído. A presente pesquisa é apenas a primeira no Município de Lages que problematiza isso e dá margem para múltiplas pesquisas que possam desvendar e quiçá interferir qualitativamente na construção de processos educativos não-formais emancipatórios.

Social and public politics and non-formal education in Lages, SC Educate for the citizenship

Abstract

In the latest decades, the education field has been significantly increased, as in number of people involved in any education process, as in functions hat education has assumed. Therefore, the research matter looked into the articulations between public and social politics and their relation with the non-formal educational institutions in Lages/SC. The option for non-formal education happened because of the purposes related to the citizenship construction, the few systematization the exists on this specific education field, like the social amplitude it has, as in people serving terms, as in shape, style and action varieties that it unchains. From the mapping of non-formal education institutions in Lages/SC, the research analyzed the financing forms, the practical activities developed, the involved interlocutors and the number of served people and, after, the citizenship construction process that are, or not, unchained by the institutions. For

this, field research had been used in non-registered institutions in public organizations, and also the documentary research was made in registered ones in municipal and state public organizations. Results indicate two different groups that reflect on the capitalist society contradictions that are included, a groups that turns itself to the emancipate purposes, and the biggest group that, unconsciously or not, develop benefactor concepts looking only for the reproductive aspects of the actual kind of society.

Keywords: Politics. Non-formal education. Citizenship.

Nota explicativa

¹O texto apresenta resultado de pesquisa financiada pela Uniplac, aprovada pelo Edital 170/2005.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Educação Não-formal**. Cine, 1997, Unesco. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/pesquisa/thesaurus>>. Acesso em: 21 jul. 2006.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Fontes em Educação**. Comped, 2001. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/pesquisa/thesaurus>>. Acesso em: 21 jul. 2006.

GOHN, Maria da Glória. **Educação Não-formal e Cultura Política**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Mídia, Terceiro Setor e MST**. Petrópolis: Vozes, 1999.

HÖLFLING, Eloísa de Matos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 21, n. 55, 2001.

PAOLI, Maria Célia. Empresas e Responsabilidade Social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Democratizar a Democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

VIEIRA, Lizt. **Cidadania e Globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

